

Dívida Externa

A volta da confiança dos credores externos no País

Os esforços que o governo brasileiro vem despendendo para normalizar as relações do País com a comunidade financeira internacional começam a dar os primeiros frutos. Ontem, a agência oficial de exportação dos Estados Unidos — Eximbank — e a sua associada na área de seguros, a Foreign Credit Insurance Association (FCIA) restabeleceram as linhas de crédito de médio e longo prazo para o Brasil.

Esse é o primeiro e mais importante resultado que o País obtém depois que foi suspensa a moratória e foram retomadas as negociações com o comitê de bancos credores.

A decisão do Eximbank é, sem dúvida, da maior relevância. E isso por várias razões. Ela mostra, por exemplo, a firme disposição do governo norte-americano em compartilhar, junto aos bancos credores, do refinanciamento da dívida externa brasileira. Mais do que isso, abre as portas para que outros países, reticentes até então, passem a trilhar o mesmo

caminho. Até agora, só três países — Canadá, Itália e Espanha — vinham processando normalmente os pedidos de recursos de financiamento às exportações.

Outro fato que merece ser destacado é o volume de recursos que a carteira de crédito do Eximbank deverá canalizar para o País. Segundo estimativas ainda preliminares, cerca de US\$ 300 milhões podem ser carreados anualmente — a mesma média contabilizada até 1985.

A reabertura das linhas de crédito por parte da agência oficial norte-americana tende a reforçar a confiança da comunidade financeira internacional no governo brasileiro. Tal confiança foi significativamente prejudicada com a suspensão dos pagamentos dos juros e do principal, há cerca de 29 meses. A maior credibilidade, evidentemente, deverá facilitar bastante os contatos que o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, inicia nesta próxima sexta-feira, em Londres,

com banqueiros e representantes do governo inglês. Esse será o primeiro passo concreto em busca de apoio dos governos dos países europeus para a retomada de negociações com o Clube de Paris, que devem estar concluídas, a princípio, no final deste mês. O acordo com o Clube vai possibilitar nova entrada de recursos. Deve ser liberada a segunda parcela de US\$ 600 milhões por parte dos bancos privados, conforme acordo fechado no final de junho.

Ainda até o final deste mês, o Fundo Monetário Internacional (FMI) deverá pronunciar-se favoravelmente ao programa de estabilização econômica do governo brasileiro. É mais uma forma de pressão do Fundo sobre os bancos credores para aderirem ao empréstimo de US\$ 5,2 bilhões, incluídos no pacote de refinanciamento da dívida externa brasileira anunciado há cerca de duas semanas. Com isso, é bastante provável que o País consiga os US\$ 500 milhões que vem buscando, através de um empréstimo-ponte,

para o pagamento de parte dos juros dos meses de junho, julho e agosto. O US\$ 1,3 bilhão restante será pago com saques nas reservas. No total, o País deve desembolsar US\$ 1,8 bilhão.

A volta do País aos mercados financeiros internacionais deve gerar dividendos extremamente positivos para a economia como um todo. Os investimentos externos, em curva descendente há bastante tempo, podem sofrer uma inflexão. E o que prevê o Banco Central na carta de intenções enviada ao FMI na última sexta-feira: os investimentos externos líquidos devem chegar a US\$ 3,32 bilhões. A esmagadora maioria desses recursos deve prover de processos de conversão de dívida em investimento. A entrada de recursos externos e uma maior disposição dos empresários em investir podem voltar a puxar os investimentos do setor público, elevando a produção e afastando o fantasma de uma possível estagnação no crescimento do Produto Interno Bruto.